

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Aélia de Sousa Januário¹

Marney Eduardo Ferreira Cruz²

RESUMO

O artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre as perspectivas e os desafios da educação inclusiva no contexto escolar brasileiro, com foco no período de 2020 a 2025. Fundamentada em autores como Mantoan, Saviani e Souza & Costa, a discussão evidencia que, embora o país tenha avançado em termos legais, com documentos como a Constituição de 1988, a LDB/1996, a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), a prática escolar ainda enfrenta barreiras estruturais, pedagógicas e formativas. Do ponto de vista histórico, a educação brasileira foi marcada por exclusões e desigualdades, reflexo de políticas descontinuadas e de modelos educacionais pouco sensíveis à diversidade. As perspectivas atuais apontam para a necessidade de transformação cultural e pedagógica das instituições, envolvendo reorganização curricular, valorização da diferença e fortalecimento da formação docente. Por outro lado, os desafios incluem a falta de preparo profissional, insuficiência de recursos, práticas escolares pouco flexíveis e dificuldade de implementação efetiva das políticas inclusivas. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, baseada na análise de livros, artigos e documentos legais selecionados por critérios de relevância e atualidade. Os resultados indicam que a inclusão só se concretiza quando a escola se torna um ambiente democrático, acessível e comprometido com o desenvolvimento de todos os estudantes, reconhecendo a diversidade como elemento constitutivo da aprendizagem.

Palavras-chave: educação inclusiva; formação docente; práticas pedagógicas.

Abstract

This article presents a literature review on the perspectives and challenges of inclusive education in the Brazilian school context, focusing on the period from 2020 to 2025. Grounded in authors such as Mantoan, Saviani, and Souza & Costa, the discussion shows that, although the country has made legal advances, with documents such as the 1988 Constitution, the National Education Guidelines and Framework Law (LDB/1996), the Salamanca Statement (1994), and the Brazilian Inclusion Law (2015), school practices still face structural, pedagogical, and training-related barriers. From a historical perspective, Brazilian education has been marked by exclusion and inequality, reflecting discontinuous policies and educational models that are often insensitive to diversity. Current perspectives highlight the need for cultural and pedagogical transformation within institutions, involving curricular reorganization, valuing diversity, and strengthening teacher education. On the other hand, the main challenges include insufficient professional preparation, lack of resources, inflexible school practices, and

¹ Discente do Curso de Graduação em Letras Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-Unilab.

² Orientador Mestre em Educação pela Universidade de Brasília – UnBA.

Data de submissão e aprovação: 27/11/2025.

difficulties in effectively implementing inclusive policies. Methodologically, this is a qualitative and bibliographic study based on the analysis of books, articles, and legal documents selected according to relevance and recency. The results indicate that inclusion is only achieved when the school becomes a democratic, accessible environment committed to the development of all students, recognizing diversity as a constitutive element of learning.

Keywords: inclusive education; teacher education; pedagogical practices.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva pode ser vista como um dos maiores avanços da área educacional contemporânea, mas também como um dos principais desafios ainda enfrentados pelas instituições escolares. Fundamentada no princípio da equidade e no respeito às diferenças, conforme defendem Mantoan (2003) e previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), a inclusão busca assegurar que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sensoriais ou socioemocionais, tenham acesso a uma aprendizagem de qualidade, com participação efetiva e oportunidades reais de desenvolvimento.

No Brasil, a história educacional revela entraves persistentes. Saviani (2007) aponta que as políticas públicas foram marcadas por descontinuidades, ausência de planejamento estrutural e forte influência de modelos externos, fatores que contribuíram para a manutenção de desigualdades e para a dificuldade de implementação de práticas verdadeiramente inclusivas. A partir da década de 1990, o debate sobre inclusão ganhou maior visibilidade, especialmente com a Declaração de Salamanca (1994) e, posteriormente, com legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (2015). Apesar dos avanços normativos, a realidade escolar ainda está longe de garantir condições equânimes de participação para todos os estudantes, que continuam lidando com barreiras físicas, pedagógicas, atitudinais e institucionais.

É importante compreender que a inclusão ultrapassa a simples presença do aluno na escola. Mais do que garantir matrícula, trata-se de promover mudanças estruturais, culturais e pedagógicas que assegurem o direito de cada sujeito de aprender e se desenvolver. Isso implica rever práticas, valores e concepções, reconhecendo que é a escola que deve se adaptar às necessidades dos estudantes e não o contrário. Essa perspectiva reforça a importância de análises contínuas sobre como as políticas públicas, as práticas docentes e a organização escolar respondem às demandas da diversidade.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar as perspectivas e os desafios da educação inclusiva no contexto escolar brasileiro, articulando aspectos legais, históricos e pedagógicos que permeiam o tema. O estudo encontra-se organizado em seções que abordam, inicialmente, os fundamentos teóricos da inclusão; em seguida, discutem-se as políticas públicas e os marcos legais que sustentam esse movimento; posteriormente, apresentam-se os principais desafios enfrentados pelas escolas e possibilidades de avanço.

Trata-se de uma revisão bibliográfica, construída a partir da análise qualitativa de livros, artigos científicos, documentos normativos e produções acadêmicas publicadas nas últimas décadas, com ênfase no período recente (2020–2025). A metodologia utilizada envolve a seleção de publicações relevantes sobre educação inclusiva, a sistematização das contribuições teóricas e o confronto entre diferentes perspectivas para identificar tendências, lacunas e desafios atuais do campo.

A escolha deste tema também se fundamenta em uma motivação de ordem pessoal, construída ao longo da trajetória formativa e das vivências no campo educacional. A autora, ao observar de perto a dinâmica das práticas escolares, identificou que muitos estudantes ainda vivenciam formas sutis de exclusão, seja pela insuficiência de recursos, pela falta de formação adequada dos profissionais da educação ou pela permanência de abordagens pedagógicas pouco sensíveis à diversidade humana. Essas constatações despertaram o interesse em compreender de maneira mais profunda o fenômeno da inclusão e em refletir sobre caminhos que favoreçam uma educação mais justa, humana e transformadora. Assim, este estudo ultrapassa os limites de um exercício acadêmico, configurando-se como um compromisso ético e profissional com a construção de ambientes escolares verdadeiramente acolhedores, acessíveis e comprometidos com o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

2. EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação brasileira apresenta uma trajetória histórica marcada por transformações significativas, entre avanços e desafios. Segundo Saviani (2011), a educação no Brasil sempre refletiu as condições sociais, econômicas e políticas do país, passando por diferentes paradigmas pedagógicos ao longo do tempo, que influenciaram diretamente as práticas e a organização escolar. O mesmo autor (2011, p.7) ainda evidencia que, nas origens da educação nacional, predominava o ensino jesuítico com foco na catequese e na formação moral cristã:

Em razão desse entendimento, as ideias pedagógicas dos jesuítas no período colonial foram consideradas não como meras derivações da concepção religiosa (católica) de mundo, sociedade e educação, mas na forma como se articularam as

práticas educativas dos jesuítas nas condições de um Brasil que se incorporava ao império português. Nesse contexto, três elementos entrelaçaram-se compondo um mesmo movimento, dialetizado, porém, nas contradições internas a cada um deles e externas que os opunham entre si. Tais elementos são: a colonização, a catequese e a educação. Além disso, observou-se que, em função da "realidade rebelde" configurada pelas condições específicas da colônia brasileira, os jesuítas tiveram de ajustar suas ideias educacionais, modificando-as segundo as exigências dessas condições (Saviani, 2011, p. 7).

Com o passar do tempo, especialmente a partir do século XX, a educação começou a ser reconhecida como um direito e um instrumento de transformação social. No entanto, essa evolução não ocorreu sem desafios (Cunha, 2010). O país enfrentou e ainda enfrenta sérios problemas relacionados à desigualdade de acesso, à precarização do ensino público, à desvalorização do magistério e às lacunas na formação docente. Cunha (2010) destaca que “a escola brasileira, ao longo de sua história, sempre refletiu as contradições da sociedade: ao mesmo tempo em que se propõe inclusiva, mantém práticas que reforçam a exclusão” (Cunha, 2010, p. 6).

Saviani (2011) infere ainda que somente com a Constituição Federal de 1988 se firmou o compromisso do Estado com uma educação pública, gratuita e de qualidade, garantindo o acesso universal. Do ponto de vista jurídico, a Constituição Federal de 1988 representa um marco fundamental ao estabelecer a educação como direito de todos e dever do Estado e da família (art. 205). Essa carta magna também assegura igualdade de condições para acesso e permanência na escola (art. 206) e determina a obrigatoriedade e gratuidade da educação básica (art. 208). Assim, inaugura-se um período de maior compromisso com a democratização do ensino e com o princípio da inclusão social.

Posteriormente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) reforçou esse direito ao garantir prioridade absoluta às crianças e adolescentes no acesso a políticas educacionais e no atendimento especializado àqueles com necessidades específicas. Esse dispositivo legal ampliou a responsabilidade do Estado, reconhecendo a educação como pilar essencial à cidadania.

No cenário internacional, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) consolidou o paradigma da educação inclusiva ao propor que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, devem aprender juntos em escolas regulares. Esse documento influenciou diretamente a legislação brasileira, culminando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996). Em seus artigos 58 a 60, a LDB define a educação especial

como uma modalidade que deve ser oferecida “preferencialmente na rede regular de ensino”, garantindo recursos e serviços de apoio especializados (Brasil, 1996).

A LDB também reforça a autonomia pedagógica e administrativa da escola, o que implica a construção coletiva de seu Projeto Político-Pedagógico (PPP). Essa autonomia, contudo, deve ser acompanhada de responsabilidade e diálogo constante com as políticas públicas educacionais. O documento legal prevê que o PPP seja elaborado de modo participativo, assegurando a voz dos professores, gestores, estudantes e comunidade. Essa participação é essencial para que a escola possa contextualizar suas práticas e alinhar seus objetivos à realidade local (Brasil, 1996).

Esses percalços, Cunha (2010) compreende que estão presentes nas políticas voltadas à educação inclusiva, cuja efetivação exige mais do que legislação: requer comprometimento ético, formação continuada e condições materiais adequadas. Conforme Souza e Costa (2024), muitos professores ainda se sentem despreparados para lidar com a diversidade em sala de aula, especialmente no que tange aos alunos com deficiência. Em sua pesquisa, as autoras observaram que “os docentes reconhecem a importância da inclusão, mas relatam dificuldades em adaptar práticas pedagógicas e utilizar recursos adequados” (Souza e Costa, 2024, p. 12).

2.1. A escola inclusiva

A escola, em seu papel social fundamental, deve repensar profundamente sua estrutura e filosofia para reconhecer e acolher a complexa teia de interações e conflitos que permeiam o convívio diário entre seus membros (Pantaleão, 2009). É importante que as escolhas pedagógicas e administrativas que guiam a construção do saber sejam informadas e dinamizadas pela formação continuada de seus educadores. Essa capacitação visa prover os profissionais com as ferramentas necessárias para mobilizar, articular e sistematizar as ações que garantam uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade para todos os estudantes (Pantaleão, 2009).

Scavoni (2016) infere que a inclusão social da criança com necessidades educativas especiais, em um ambiente reconhecido pela sua diversidade, é inegavelmente crucial para um desenvolvimento identitário e para a aquisição de aprendizagens significativas, proporcionadas pela riqueza de experiências do mundo real, que se revelam desafiadoras e motivadoras. Contudo, Scavoni (2016) adverte que a transposição da inclusão do plano normativo e legal para a prática cotidiana é complexa e cheia de obstáculos. Idealmente, a garantia universal dos direitos e da plena cidadania dispensaria a necessidade de legislações específicas sobre

inclusão; no entanto, a realidade exige que estes direitos sejam reafirmados e detalhados em estatutos e leis próprias, visando consolidar as obrigações do Estado e assegurar de forma inequívoca os direitos das pessoas com deficiência (Pantaleão, 2009).

A respeito disso, Scavoni, (2016) destaca que o Projeto Político-Pedagógico (PPP), é um dos documentos que deve ser o espelho das práticas e vivências que estruturam o cotidiano de uma escola verdadeiramente inclusiva e democrática, funcionando como um guia para sua identidade institucional. O PPP deve consolidar práticas emancipatórias e os princípios inclusivos, construído ao longo de diversas lutas, abordando desde o acesso físico até as estratégias de ensino-aprendizagem, o que permite à comunidade escolar um profundo conhecimento e apropriação de sua realidade, fortalecendo conseqüentemente a autonomia da instituição (Scavoni, 2016).

A história da educação inclusiva no Brasil é marcada por um longo percurso de exclusão e superação. Durante séculos, a educação especial esteve restrita a instituições segregadas, nas quais os sujeitos com deficiência eram afastados do convívio social e escolar. Saviani (2011) explica que, historicamente, a educação brasileira refletiu os interesses das classes dominantes, sendo excludente por natureza. Assim, a inclusão surge como resultado de uma mudança paradigmática nas concepções pedagógicas e sociais, apoiada em lutas pelos direitos humanos e pela democratização da educação.

Segundo Mantoan (2003), a educação inclusiva não deve ser compreendida apenas como a inserção de alunos com deficiência no ensino regular, mas como uma transformação estrutural da escola, que deve reorganizar suas práticas, currículos e concepções de aprendizagem. A autora defende que “a inclusão implica repensar o modo como se ensina, como se aprende e como se vive a escola” (Mantoan, 2003, p. 47). Em obra posterior, Mantoan e Prieto (2006) enfatizam que o desafio da inclusão vai além da adaptação física, sendo uma mudança de paradigma que exige reconhecer as diferenças como valores formativos e não como obstáculos ao processo educativo.

No âmbito internacional, o movimento inclusivo ganhou força com a Declaração de Salamanca (1994), documento que consolidou o princípio de que as escolas regulares devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou linguísticas. A Declaração defende que “as escolas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, adaptando-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem” (Declaração de Salamanca, 1994, p. 6). Esse marco influenciou diretamente as políticas públicas brasileiras, estabelecendo um novo olhar sobre a diversidade.

Dando continuidade à evolução do marco legal da inclusão, a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência, de 1999 (Brasil, 1999) conhecida como Convenção da Guatemala – representou um avanço crucial ao focar na prevenção e erradicação da discriminação, reforçando que as pessoas com deficiência detêm as mesmas liberdades e direitos fundamentais que os demais, o que é essencial para sua completa integração social.

Em complemento, observa-se a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), que garante o direito à educação com igualdade de oportunidades. Essa legislação assegura que todas as pessoas com deficiência tenham acesso a um sistema educacional que respeite suas particularidades, interesses e necessidades de aprendizagem, proibindo qualquer forma de discriminação. Essas leis, em conjunto, representam a base da educação inclusiva essencial para a regulamentação da inclusão não apenas no âmbito educacional, mas em todas as esferas da vida social.

De acordo com Lacerda (2020), as políticas nacionais de educação especial em 2008 e 2020 representam marcos fundamentais na consolidação da inclusão escolar. A versão de 2008 destacou a importância do atendimento educacional especializado (AEE), voltado para o apoio à aprendizagem dos estudantes com deficiência, enquanto a revisão de 2020 gerou debates por ser vista como um possível retrocesso ao admitir novamente espaços segregados. Lacerda (2020) observa que a verdadeira inclusão depende de uma visão ampla e contínua, que compreenda a escola como espaço de convivência, respeito e equidade.

Nessa mesma linha, Souza e Costa (2024) evidencia que muitos professores revelam percepções marcadas por incertezas e desafios frente à prática inclusiva. A autora observa que essas reflexões, quando realizadas em contextos colaborativos, possibilitam o ressignificar das concepções docentes sobre a deficiência e promovem transformações nas práticas pedagógicas voltadas à inclusão (Souza e Costa, 2024)

Nessa direção, autores contemporâneos como Mantoan (2015) e Sasaki (2020) enfatizam que o desafio atual da educação inclusiva é promover a valorização da diferença, compreendendo-a como elemento constitutivo da identidade e da aprendizagem. Assim, esses teóricos não rompem com os clássicos; pelo contrário, ampliam suas reflexões ao reafirmar que a escola inclusiva deve ser um espaço de convivência democrática, solidariedade e alteridade, princípios indispensáveis à construção de uma sociedade verdadeiramente justa e plural.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter descritivo, cujo objetivo é analisar as perspectivas e os desafios gerais da Educação Inclusiva a partir de estudos e produções acadêmicas já publicadas.

A escolha pela pesquisa bibliográfica justifica-se por sua capacidade de mapear e analisar o conhecimento já produzido sobre o tema (Gil, 2008). A natureza qualitativa (Minayo, 2012) é essencial para a compreensão e interpretação dos significados atribuídos pelos autores aos conceitos de inclusão, barreiras e práticas, permitindo uma análise profunda e contextualizada do fenômeno educativo (Souza e Costa, 2024).

3.1 Procedimentos e Coleta de Dados

O universo da pesquisa compreende as produções científicas brasileiras que abordam a Educação Inclusiva no contexto escolar. O recorte temporal foi definido entre os anos de 2020 e 2025, considerando esse período relevante devido à promulgação de novas legislações e ao crescimento das discussões sobre a inclusão e a diversidade escolar nos últimos anos.

O levantamento bibliográfico foi realizado entre agosto e outubro de 2025 nas seguintes bases de dados digitais, selecionadas por sua relevância e abrangência no campo científico da educação:

- SciELO (Scientific Electronic Library Online): Focada em artigos de periódicos científicos de alto impacto.
- Google Acadêmico: Utilizado para uma busca ampla de trabalhos acadêmicos (artigos, monografias, dissertações).
- CAPES Periódicos: Acesso a uma vasta coleção de periódicos científicos brasileiros e internacionais.

Para refinar a busca, foram utilizados os seguintes descritores e suas combinações:

- “Educação Inclusiva” AND “Desafios”
- “Práticas Pedagógicas Inclusivas”
- “Formação Docente Inclusão”
- “Barreiras à Inclusão Escolar”

O processo de seleção dos trabalhos envolveu a aplicação de critérios de inclusão e exclusão para garantir a pertinência da amostra ao tema central da revisão. Inicialmente, foram

identificados 20 trabalhos, dos quais 07 foram selecionados para a análise, conforme detalhado no Quadro 1.

Quadro 1 – Processo de seleção dos trabalhos

Crítérios de Inclusão	Crítérios de Exclusão	Justificativa
Abordagem direta da Educação Inclusiva no contexto escolar brasileiro.	Não abordavam diretamente educação inclusiva ou tratavam de inclusão em áreas externas (Ex: Inclusão Digital ou Laboral).	Assegurar que os trabalhos fossem focados no objeto de estudo da educação.
Trabalhos que discutiam práticas pedagógicas, metodologias e desafios da inclusão.	Discutiam inclusão de modo geral ou filosófico, sem relação com a prática pedagógica em sala de aula.	Assegurar que a revisão traga contribuições aplicadas e práticas, e não apenas conceituais.
Publicação entre 2020 e 2025.	Publicação anterior a 2020.	Manter a amostra atualizada com as discussões e legislações mais recentes.
Trabalhos completos e disponíveis para acesso online (artigos, dissertações, livros).	Não apresentavam resumo ou texto completo disponível.	Viabilizar a leitura exploratória e a análise completa dos dados.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A amostra final foi composta pelas seguintes obras, que atendem aos critérios estabelecidos e serão o foco da análise:

Quadro 2 – Amostra final das obras analisadas

Autor(es)	Ano	Título da Obra	Tipo	Plataforma de Origem
CABRAL; MOREIRA; DAMASCENO	2021	Educação inclusiva em tempos de barbárie...	Artigo	SciELO/Google Acadêmico

CRUZ; FERREIRA	2021	A Educação Especial na perspectiva inclusiva pensada a partir...	Artigo	Google Acadêmico
LACERDA, L.	2020	Política Nacional de Educação Especial de 2008 e 2020.	Artigo	Google Acadêmico
SASSAKI, R. K.	2020	As sete dimensões da acessibilidade.	Livro	Google Acadêmico
VIEIRA; CIRINO (orgs.)	2024	Educação inclusiva: desafios e caminhos para a valorização da diferença.	eBook/Capítulo	Google Acadêmico
PAULA, A. G.; et al. (orgs.)	2025	Abordagens e tendências educacionais inclusivistas: desafios para a acessibilidade na educação básica.	eBook/Capítulo	Google Acadêmico
PEREIRA; NOGUEIRA e MENDES.	2022	Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios e possibilidades	Artigo	Google Acadêmico

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A análise dos dados baseou-se na Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2011), que permite a identificação e interpretação de categorias temáticas recorrentes. Os materiais foram organizados em fichamentos e quadros comparativos para auxiliar na sistematização.

Durante a exploração do material, foram identificadas e definidas as seguintes categorias de análise (Quadro 3), que nortearão a discussão dos resultados (Quadro 2):

Quadro 3 – Categorias de análise

Categoria	Descrição	Obras de Referência
1. Formação e Preparo Docente	Análise de como a formação inicial e continuada do professor tem abordado a inclusão e quais são as suas percepções de preparo e necessidades.	MANTOAN (2003); SOUZA; COSTA (2024)
2. Barreiras e Desafios (Estruturais e Atitudinais)	Identificação dos obstáculos para a inclusão na escola: falta de recursos, infraestrutura, currículo, políticas educacionais e atitudes segregacionistas.	CABRAL; MOREIRA; DAMASCENO (2021); LACERDA (2020)
3. Estratégias e Práticas Inclusivas	Levantamento de metodologias, recursos e práticas pedagógicas recomendadas ou aplicadas para promover a participação e a aprendizagem de todos os alunos.	GLAT; PLETSCHE (2010); SASSAKI (2020)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos sete trabalhos selecionados permitiu identificar convergências importantes sobre o cenário atual da Educação Inclusiva no Brasil, bem como lacunas e desafios que ainda comprometem a efetivação das políticas e práticas inclusivas. A partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), as obras foram examinadas segundo três categorias previamente estabelecidas: Formação e Preparo Docente, Barreiras e Desafios Estruturais e Atitudinais e Estratégias e Práticas Inclusivas. Os resultados revelam que, embora exista um arcabouço legal consolidado e avanços significativos no discurso sobre inclusão, sua implementação cotidiana ainda encontra limitações marcantes que se repetem nas produções analisadas.

4.1 Formação e Preparo Docente

Os estudos indicam consenso de que a formação docente inicial e continuada permanece como um dos principais entraves para o fortalecimento de práticas inclusivas. As produções analisadas (particularmente Souza e Costa, 2024; e obras que dialogam com Mantoan, 2003) reforçam que muitos professores não se sentem preparados para atender estudantes com diferentes necessidades educacionais, especialmente pela ausência de disciplinas específicas sobre inclusão nos cursos de licenciatura e pela oferta insuficiente de formações continuadas.

A literatura evidencia que o professor é frequentemente colocado diante de demandas complexas sem receber o suporte adequado, tanto teórico quanto prático. As pesquisas mostram que esse sentimento de despreparo impacta diretamente a qualidade das práticas pedagógicas, já que muitos recorrem a métodos tradicionais por não dominarem estratégias diferenciadas. Ainda que haja iniciativas pontuais de formação por parte das redes de ensino, os autores denunciam que essas ações são, em grande parte, fragmentadas, descontinuadas e distantes das realidades concretas da sala de aula.

Assim, essa categoria revela que a formação docente é condição indispensável, mas ainda insuficientemente garantida pelas políticas públicas e pelas instituições formadoras, configurando-se como um dos maiores desafios identificados ao longo da revisão.

4.2 Barreiras e Desafios Estruturais e Atitudinais

As obras analisadas apontam que a inclusão é comprometida não apenas pela falta de formação adequada, mas também por barreiras estruturais e atitudinais que se perpetuam no cotidiano escolar. Estudos como os de Cabral, Moreira e Damasceno (2021) e Lacerda (2020) evidenciam limitações relacionadas à infraestrutura inadequada, indisponibilidade de recursos pedagógicos acessíveis e ausência de profissionais de apoio especializado.

Além dos obstáculos materiais, os trabalhos destacam a permanência de barreiras atitudinais, expressas em práticas excludentes, resistências docentes, expectativas reduzidas sobre o potencial dos estudantes e desconhecimento acerca dos direitos previstos na legislação. Esse tipo de barreira, de natureza subjetiva, revela-se ainda mais difícil de superar, pois se sustenta em concepções arraigadas e em uma cultura escolar historicamente marcada pela homogeneidade e pela normatização.

Outra questão comum nas obras revisadas refere-se à distância entre as políticas públicas e a realidade vivenciada nas escolas. Embora existam legislações robustas como a Política Nacional de Educação Especial e a Lei Brasileira de Inclusão, diversos autores apontam a falta de implementação efetiva, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas, contínuas e acompanhadas de financiamento adequado.

Em conjunto, esses resultados mostram que as barreiras estruturais e atitudinais permanecem como elementos centrais na manutenção da exclusão, exigindo ação sistêmica e compromisso institucional.

4.3 Estratégias e Práticas Inclusivas

Apesar dos desafios, os materiais analisados também apontam caminhos promissores. Obras como Sasaki (2020) e os trabalhos organizados por Vieira e Cirino (2024) e Paula et al. (2025) apresentam práticas e metodologias que podem fortalecer a participação de todos os estudantes no espaço escolar.

Dentre essas estratégias, destacam-se: flexibilização curricular, uso de tecnologias assistivas, elaboração de materiais didáticos acessíveis, avaliação diversificada e promoção de atividades colaborativas entre os alunos. Os autores ressaltam que práticas inclusivas não se limitam a adaptações pontuais, mas envolvem reconfiguração da cultura escolar, planejamento pedagógico sensível à diversidade, e ações que considerem ritmos, estilos e modos de aprendizagem variados.

Outro ponto relevante é a importância do trabalho coletivo e do diálogo entre professores, equipe gestora, profissionais de apoio e famílias. As produções afirmam que a inclusão só se consolida quando a escola deixa de agir de forma isolada e passa a operar como uma comunidade educacional articulada, compartilhando responsabilidades e decisões.

Ainda assim, a análise evidencia que essas estratégias, embora reconhecidas pela literatura, ainda não são amplamente implementadas no cotidiano escolar, devido às barreiras já mencionadas e à insuficiência de formação docente. Dessa forma, confirma-se que as práticas inclusivas existem, são eficazes, mas ainda permanecem distantes da realidade de muitas escolas brasileiras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva representa um dos maiores compromissos éticos, pedagógicos e sociais do século XXI. Ao longo desta pesquisa, foi possível constatar que, embora o Brasil tenha avançado significativamente em termos de legislação e políticas públicas voltadas à inclusão com marcos como a LDB (1996), a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), ainda há um grande descompasso entre o que está previsto nas normas e o que é efetivamente vivenciado nas escolas.

Os estudos analisados demonstram que o principal desafio para a efetivação da educação inclusiva está na formação docente. Muitos professores ainda se sentem despreparados para lidar com as demandas da diversidade, o que reforça a urgência de políticas de formação continuada que contemplem aspectos teóricos, metodológicos e humanos da inclusão. Além

disso, é necessário um esforço coletivo entre professores, gestores, famílias e comunidade escolar, para que o processo inclusivo ultrapasse o discurso e se torne prática concreta.

Diante do que foi analisado, torna-se evidente que a efetivação da educação inclusiva ainda depende de avanços concretos nas práticas pedagógicas, na formação docente e nas condições estruturais das escolas. Pesquisas futuras podem aprofundar temas como avaliação inclusiva, o uso de tecnologias assistivas, o papel das equipes multiprofissionais e o acompanhamento das trajetórias escolares dos estudantes público-alvo da educação especial. Assim, reconhecer os limites e possibilidades evidenciados neste estudo reforça que a inclusão é um processo contínuo, que exige compromisso ético, sensibilidade pedagógica e ações sistemáticas para garantir a participação e o desenvolvimento integral de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção de Guatemala**. Diário Oficial da União, Brasília, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 2005.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

CABRAL, Rosangela Costa Soares; MOREIRA, Joana da Rocha; DAMASCENO, Allan Rocha. Educação inclusiva em tempos de barbárie: questões sobre os desafios do ensino remoto. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, v. 2, n. 3, p. 360–374, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/8134>. Acesso em: 17 nov. 2025.

CRUZ, Lilian Moreira; FERREIRA, Lúcia Gracia. A Educação Especial na perspectiva inclusiva pensada a partir dos princípios da pedagogia freireana. **Imagens da Educação**, v. 11, n. 3, p. 41–55, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/51125>. Acesso em: 17 nov. 2025.

CUNHA, Sérgio Fabiano Labruna. O papel do professor de Língua Portuguesa no paradigma da educação inclusiva. **Revista IDEIA**, v. 2, n. 1, 2010. Disponível em: <https://www.revistaidea.oldsitesamc.york.digital/index.php/idea/article/view/17/27>. Acesso em: 17 nov. 2025.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca: Nações Unidas, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010

LACERDA, L. Política Nacional de Educação Especial de 2008 e 2020. **Revista Luna ABA – Intervenção e Pesquisa em Educação e Comportamento**, 2020. Disponível em: https://multimedia.gazetadopovo.com.br/media/docs/1607097473_comparacaopnees.pdf. Acesso em: 17 nov. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: caminhos e descaminhos**. São Paulo: Summus, 2015.

PANTALEÃO, R. C. **Educação inclusiva: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2009.

PAULA, Joana; MOURA, Carla; LIMA, Eduardo; et al. **Formação docente e práticas inclusivas no ensino de Língua Portuguesa**. Recife: Ed. UFPE, 2025.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Coleção Memória da Educação).

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SCAVONI, S. R. **A construção da escola inclusiva: desafios e práticas**. São Paulo: Cortez, 2016.

SOUZA, Milena Alves de; COSTA, Mifra Angélica Chaves da. **Percepção de professores de Língua Portuguesa na inclusão de alunos com deficiência em uma escola pública de**

Governador. Rosado/RN. 2024. Disponível em:<https://repositorio.ufersa.edu.br/bitstreams/6f366a02-59c4-4f58-8a0b-1d83bc7280f2/download>. Acesso em: 17 nov. 2025.

VIEIRA, Leociléa Aparecida; CIRINO, Roseneide Maria Batista (orgs.). **Educação inclusiva:** desafios e caminhos para a valorização da diferença. Paranaguá: UNESPAR, 2024. eBook.